

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.848 - SP (2019/0299889-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : R C B (PRESO)
ADVOGADO : WILLIAN RICARDO SOUZA SILVA - SP310641
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por interposto por R. C. B. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi condenado, como incurso nas sanções do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (por 3 vezes), c/c o art. 71 do Código Penal, bem como do art. 35 da Lei n. 11.343/2006, à pena de 13 anos e 4 meses de reclusão, a ser cumprida no regime inicial fechado. Foi condenado, outrossim, à pena de 1 ano e 2 meses de detenção, no regime semiaberto, pelo delito tipificado no art. 12 da Lei n. 10.826/2003.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* perante o Tribunal local, tendo sido a ordem denegada em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fls. 59/60):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO

Sentença condenatória que nega o apelo em liberdade - Alegação de não existência de quaisquer dos requisitos legitimadores para a prisão cautelar - Paciente que permaneceu preso durante todo o processo - Negativa do apelo em liberdade devidamente fundamentada - Recurso de apelação em andamento - Constrangimento ilegal não configurado - Ordem denegada liminarmente.

No presente recurso ordinário, sustenta a defesa, em apertada síntese, que não existiria fundamentação idônea na sentença condenatória apta a justificar a manutenção da prisão preventiva do recorrente.

Requer, liminarmente, que o recorrente possa aguardar o julgamento deste recurso ordinário em liberdade.

No mérito, pleiteia pela concessão da ordem para que o recorrente

Superior Tribunal de Justiça

"possa aguardar em liberdade o julgamento do apelo, bem como o trânsito em julgado de eventual sentença penal condenatória, revogando-se, por consequência, sua prisão preventiva" (e-STJ fl. 161).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como se verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste recurso.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator